

Intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem: Uma análise prática

Elisângela da Silva Fernandes

Mestranda em Educação

Instituição: Ivy Enber Christian University

E-mail: elisfernandes21@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-0626-9831>

Shirley Martins de Oliveira Carvalho

Mestranda em Ciências da Educação

Instituição: Ivy Enber Christian University

E-mail: shirleymoc09@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-6990-9995>

RESUMO

Este artigo é a síntese de um acompanhamento psicopedagógico com um aprendente do 2º ano do Ensino Fundamental com dificuldades de aprendizagem. Deste modo, o processo de avaliação psicopedagógica tem por objetivo obter dados em relação à vida do aprendente, analisando suas relações vinculares com a família e a aprendizagem para compreender as causas dos sintomas e fatores de manutenção da queixa, bem como classificar instrumentos diagnósticos com base na queixa apontada para intervir junto ao aprendente em questão, a fim de reverter seu quadro atual. Para tanto, utilizou-se como fundamentação a contribuição de alguns teóricos, tais como: Acampora (2012), Bossa (2011), Fonseca (2009), Paín (1985), Sampaio (2011), Wallon (1992), entre outros. O trabalho configura-se num Estudo de caso e traz uma sucinta conceitualização do processo de aprendizagem, de como este se dá no sujeito, sobre a dificuldade de aprendizagem e seus indicativos apresentados pelo aprendente, visando intervir de modo que a criança recupere todo seu potencial para aprender, além de resgatar e fortalecer sua autoestima.

Palavras-chave: Aprendizagem. Dificuldade de Aprendizagem. Escola.

1 INTRODUÇÃO

Os problemas de aprendizagem afetam várias crianças em idade escolar diferente. São problemas que podem ser detectados desde cedo e se constituem numa grande preocupação para os pais e educadores, sendo que esses problemas interferirem no rendimento escolar de seus filhos e nas relações que estes mantêm no ambiente escolar e social em que estão inseridos. Para Vitor da Fonseca, “as dificuldades podem criar obstáculos e impedimentos inexplicáveis para aprender a falar, a ouvir, a ler, a escrever, a raciocinar, a resolver problemas matemáticos, etc., e podem prolongar-se ao longo da vida” (2009 p.140).

Essas dificuldades de aprendizagem podem advir de fatores orgânicos ou mesmo emocionais, apresentando diferentes aspectos, como a desmotivação de realizar as tarefas em sala de aula, dificuldades na leitura e escrita, afetando a capacidade de aprendizagem do indivíduo em termos de aquisição, desenvolvimento e construção das funções cognitivas.

Neste sentido, é perceptível à importância do psicopedagogo em nosso contexto, não só no que diz

respeito ao desenvolvimento da aprendizagem e prevenção das dificuldades apresentados por algumas crianças, contudo nas relações que perpassam dentro da escola como um todo, deste modo, contribuindo na compreensão do fracasso escolar.

Este artigo configura-se num Estudo de caso sob abordagem qualitativa. De acordo com René Barbier (2002), o pesquisador tem um papel importante e não pode prescindir do que ele denomina de escuta sensível. Esta escuta não é um simples escutar com os ouvidos, mas a capacidade de sentir o universo imaginário e cognitivo do outro, e desse modo entender e compreender atitudes, comportamentos, valores e crenças. No entanto, isso não quer dizer identificação ou adesão às referencias do outro, porém abertura para compreendê-la.

O trabalho traz uma sucinta conceitualização do processo de aprendizagem, de como este se dá no sujeito, sobre a dificuldade de aprendizagem e seus indicativos apresentados pelo aprendente.

2 DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NUMA PERSPECTIVA PSICOPEDAGÓGICA

A aprendizagem é um processo que perpassa os muros da escola. O sujeito aprende desde o seu nascimento e esse aprender não se limita ao simples acúmulo de informações adquiridas ao longo do seu dia a dia, pois a aprendizagem não está baseada em um condicionamento. Ou seja, não é uma atividade mecanizada. Nesta perspectiva, Fonseca esclarece que aprendizagem “é uma mudança de comportamento provocada pela experiência, entre um momento inicial, em que a tarefa não é dominada, e um momento final, onde a tarefa passa a ser dominada e automatizada [...].” (FONSECA, 2009, p. 152).

Contudo, embora seja um processo natural, a aprendizagem requer a existência de estímulos que despertem o desejo em aprender. No processo ensino-aprendizagem, que se dá de forma sistematizada, além do desejo em aprender, é necessário o vínculo, entre quem aprende e quem ensina, como entre o aprendente e o próprio objeto a ser aprendido.

Neste sentido, o processo de aprendizagem é, portanto, bastante complexo e nele estão envolvidos uma série de elementos cognitivos, sociais, morais, físicos, emocionais, dentre outros. Estes elementos, por sua vez, podem intervir de forma positiva ou negativa. Daí a importância de instigar o prazer de aprender, pois ele anunciará o que influenciará negativamente no processo ensino/aprendizagem. Por essa razão, para descoberta e o prazer em aprender

Os educadores devem procurar novos caminhos e alternativas para todo esse delicado processo de aprender, para que os estudantes não sejam obrigados a se tornarem copistas que fazem as coisas por fazer ou para passar de ano, cumprindo uma obrigação desmotivante e castradora. É necessário que o estudante sinta-se bem, é preciso que ele tenha prazer em aprender. LEAL (2011, p.48).

Deste modo, a missão mais relevante para o educador é ser capaz de descobrir ou despertar em seus educandos o prazer em aprender. Para Piaget (2006), a aprendizagem ocorre por meio da interação

indissociável entre o processo de assimilação e acomodação, onde na assimilação o sujeito utiliza-se de esquemas já existentes para solucionar uma situação-problema sem que haja uma mudança em sua estrutura cognitiva e na acomodação é quando ocorre a mudança na estrutura cognitiva necessária à resolução de uma situação-problema. Segundo Piaget (2006) apud Leal (2011, p.34),

(...) a aprendizagem acontece por meio de constantes processos de equilíbrio e desequilíbrio. Diante de uma nova aprendizagem ocorre o desequilíbrio (ou desadequação), o que mobiliza uma necessidade, uma ação do sujeito. Diante desse acontecimento entre ação dois mecanismos que contribuirão para que as estruturas do sujeito se desenvolvam e voltem a se equilibrar: a assimilação e a acomodação à nova aprendizagem.

É importante pontuar que todo esse processo leva o sujeito a um estado de adaptação instável, pois o meio sempre exigirá dele novas assimilações e acomodações, logo outras adaptações. Processo imprescindível ao aprender. Conforme Piaget (2006, p. 156-157), “a adaptação é um equilíbrio – equilíbrio cuja conquista dura toda a infância e a adolescência e define a estruturação própria desses períodos da existência – entre dois mecanismos indissociáveis: assimilação e acomodação”.

Na concepção de Sara Pain (1985), a aprendizagem “compreende todos os comportamentos dedicados à transmissão da cultura, inclusive os objetivados como instituições que, específica (escola) ou secundariamente (família) promovem a educação (p.17-18)”.

A escola, nesse sentido, mesmo sendo a instituição especificadamente voltada para educação, sofre para manter-se viva diante de tantas dificuldades como: o desinteresse, tanto pelo aluno, como pelo profissional, que se contagiam mutuamente; o desrespeito, desvalorização profissional (péssimos salários e condições de trabalho); violência; a própria estrutura curricular; e as dificuldades de aprendizagem. Convém ainda abordar a concorrência da tecnologia, com sua dinamicidade, que se mostra mais atraente aos estudantes.

Dessa forma, a escola não pode ser tratada de modo separado do restante dos elementos sociais, já que é uma ‘instituição oficial’ onde acontece a aprendizagem, que também deve ser vista de forma vinculada a todos os aspectos que a cercam. Por esse motivo, a escola também não deve ser concebida

(...) como algo isolado, sem vínculo com a economia, à cultura e a polícia, como se os processos educativos acontecessem de maneira isolada e desintegrada da realidade. Por isso a necessidade de pensar o desenvolvimento da educação (escola) ao mesmo tempo em que se pensa o desenvolvimento do sujeito em sociedade, pois são interdependentes. LEAL (2011, p. 30).

O sujeito também é um ser todo articulado, bem como suas atitudes. De acordo com Freud (1974) apud Leal (2011, p. 31), suas atitudes são sempre determinadas; ou seja, “nossos atos (mesmo os que parecem ocorrer ao acaso) estão relacionados a uma série de causas, das quais frequentemente não temos consciência”.

Assim, o sujeito apesar de iniciar o seu processo de aprendizagem ao nascer, necessita adquirir, constantemente informações indispensáveis a sua vida em sociedade. E é no próprio convívio social que desenvolve tal aprendizado. Por isso, cada sujeito aprende de maneiras diversas.

Diante da multiplicidade de aprender surgem as incompatibilidades entre aquilo que é ensinado e o que se aprende. Professores, muitas vezes, depois de esgotadas todas as suas estratégias de fazer com que determinado aluno aprenda, justificam o fracasso com a existência de uma dificuldade de aprendizagem. No entanto, antes de rotular uma criança de com algum tipo de distúrbio ou transtorno de aprendizagem, faz-se necessária uma investigação minuciosa, averiguando cuidadosamente cada indício.

Possuir uma dificuldade de aprendizagem, porém, não significa, necessariamente, que este aluno tenha que ser enquadrado como um deficiente. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, pela Portaria nº 555/2007, promulgada pela Portaria nº 948/2007 aluno com deficiência é aquele que:

Tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. [...] Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos. (BRASIL, 2008, p. 15)

No caso de dificuldade de aprendizagem, a situação pode se configurar apenas como momentânea ou a curto e médio prazo, podendo a situação ser totalmente reversível. Conforme Barbosa (2006, p. 53), estar com dificuldade de aprender [...] significa estar diante de um obstáculo que pode ter um caráter cultural, cognitivo, afetivo ou funcional e não conseguir dar prosseguimento à aprendizagem por não possuir ferramentas, ou não poder utilizá-las, para transpô-lo.

Já Garcia Sánchez apud Nunes e Silveira (2004, p.174), caracteriza a dificuldade de aprendizagem como “um conjunto de transtornos que se expressa no campo da linguagem, da leitura, da escrita e das habilidades matemáticas, que podem aparecer ao longo do ciclo vital”. Portanto, para que o processo de aprendizagem se efetive de forma equilibrada é preciso excluir a existência de obstáculos, daí a importância do seguimento psicopedagógico.

Por essa razão, o diagnóstico psicopedagógico configura-se numa investigação da aprendizagem que considera a totalidade dos fatores no ato de aprender. O diagnóstico visa examinar como se dá, e de que forma acontece a aprendizagem do aprendente. Este servirá de ponto de partida tanto para uma nova aprendizagem como para elaboração de um plano terapêutico, pois ele apontará a modalidade de aprendizagem do aprendente e permitirá traçar estratégias que melhor atenda suas necessidades.

Conforme José & Coelho (2008, p.28), “o problema de aprendizagem [pode ser] um sintoma, no sentido de que o não-aprender não configura um quadro permanente, mas ingressa numa constelação peculiar de comportamentos, nos quais se destaca como sinal de descompensação”.

Por tanto, pais e professores não devem encarar as dificuldades de aprendizagens do educando como um fato consumado, mas como uma situação contornável, desde que sejam tomadas as devidas providências. Recorrendo a um profissional da área, que por sua vez, deve trabalhar de forma articulada.

3 DIAGNÓSTICO PSICOPEDAGOGICO CLÍNICO

O trabalho psicopedagógico, visa compreender a causa de o sujeito não conseguir aprender ou apresentar dificuldades para aprender algumas coisas, mas também analisar como ele pode aprender e de que forma. “As alterações no aprender, o fracasso escolar e as diferentes formas como o problema de aprendizagem se apresenta em alta proporção, [...] e, requer uma análise cuidadosa de sua etiologia e particularidade”. (FERNÁNDEZ, 1991 P. 24). Por esse motivo, o processo diagnóstico é indispensável, pois é a partir dele que o terapeuta irá intervir frente às dificuldades de aprendizagem, dando inicio a uma investigação e, sobretudo, fazendo uma leitura apurada da realidade do aprendente.

É importante reiterar neste ponto, a história de vida do aluno dentro do seu grupo familiar, lembrando que, se tudo transcorreu bem sem maiores problemas, desenvolverá vínculos positivos com a aprendizagem. Todavia, se houve alguma alteração negativa nesse percurso, seja por fatores internos à estrutura familiar, inadequação dos métodos adotados pela escola ou professor, enfim, esse intercâmbio com o meio familiar e social poderá funcionar como facilitador ou inibidor no processo de desenvolvimento afetivo-intelectual do aluno, e a escola poderá administrar bem ou mal esse processo.

Vale ressaltar que o trabalho clínico Psicopedagógico, além de intervir nos problemas de aprendizagem, também tem função preventiva, ao passo que no tratamento de determinadas dificuldades pode concomitantemente está prevenindo o aparecimento de problemas futuros. Deste modo, o tratamento Psicopedagógico em sua singularidade consiste no fato de que existe um objetivo a ser atingido, qual seja: a eliminação dos sintomas.

Esse tratamento se dá em duas etapas, a primeira é a investigação das dificuldades do sujeito e/ou distúrbios apresentados e a segunda a intervenção para o desaparecimento dos sintomas detectados. Para uma melhor compreensão:

A avaliação psicopedagógica acontece quando a família tem como queixa fundamental a dificuldade de um de seus membros diante da sua aprendizagem, sendo, portanto, a aprendizagem e suas relações a porta de entrada para a compreensão do caso que se apresenta. O diagnóstico psicopedagógico tem por objetivo penetrar na dinâmica familiar, mas mantendo o foco no paciente e em sua queixa. Uma queixa nunca é isolada, existem todos os desdobramentos desta queixa e que devem ser apurados no momento do diagnóstico. (ACAMPORA, 2012 p. 69,70).

Assim, o atendimento Psicopedagógico clínico desse trabalho foi realizado com o aprendente J.P.M.S. que será identificado aqui pelas iniciais do seu nome para preservar seu anonimato, no momento está com 11 anos de idade e cursa o 2º ano do ensino Fundamental. A queixa apresentada pela Mãe é de que ele tem dificuldade na leitura e escrita.

O acompanhamento com J.P.M.S teve inicio no primeiro semestre de 2012. No primeiro momento foi realizada uma entrevista inicial com os pais do aprendente para conversarmos sobre horários, sessões e da importância da frequência nas sessões posteriores, Acordado os horários, deu-se inicio a anamnese com os pais que segundo Nadia Bossa (2011), durante a realização da anamnese o psicopedagogo é informado sobre a história do desenvolvimento do aprendente, bem como suas dificuldades, o que possibilita ao terapeuta perceber que os problemas de aprendizagem podem não estar ligados somente à escola, mas a outros fatores.

Além da anamnese com os pais, a professora também foi entrevistada, numa visita feita a escola do aprendente. A professora relatou que J.P.M.S apresenta muita dificuldade para ler e escrever, e esta dificuldade é mais acentuada na disciplina de redação.

É importante pontuar que para realizar o diagnóstico Psicopedagógico é necessária a utilização de alguns recursos como testes, desenhos, jogos, brinquedos, atividades pedagógicas e psicomotoras, histórias, dentre outros. “Esses recursos se constituem num importante instrumento de linguagem e revelam dados sobre a nossa vida, que muitas vezes são segredos para nós mesmos”. (BOSSA, 2000 p.12).

Tendo por referência estes relatos partiu-se para efetuar o presente estudo com o objetivo de primeiramente obter dados da vida biológica, intrapsíquica e social, que justifiquem social e psicologicamente a queixa apresentada, seguindo para análise das relações vinculares com a família e a aprendizagem.

Dando continuidade ao diagnóstico psicopedagógico, com base nas informações relatadas pelos pais e professora, elaboramos 03 sessões de 1h e 30min contemplando os diferentes aspectos, quais sejam: Cognitivo, Sócio Afetivo, Psicomotor e Pedagógico, para tanto, foram utilizados os seguintes instrumentos para investigação do problema apontado: Entrevista Operativa Centrada na Aprendizagem (EOCA), de Jorge Visca; Testes Projetivos de Jorge Visca: Eu com meus companheiros; Os Quatro Momentos de um Dia, Fazendo o que Mais Gosta; Avaliação Psicomotora; Jogos pedagógicos; Prova de Figura Fundo; Provas de Organização de Sequência; Testes de Discriminação e Percepção Auditiva.

Durante a aplicação dos testes o aprendente demonstrou interesse na realização das atividades. Em contra partida, apresentou déficit de atenção e concentração e dificuldade no que diz respeito à leitura e escrita, bem como na linguagem. Observou-se que a postura do aprendente perpassou uma aprendizagem Hiperassimilativa, pois enquanto executa as atividades propostas traz vários assuntos, conversa, pergunta,

questiona, no entanto costuma ouvir pouco, porque já está formulando outra pergunta, prendendo-se aos detalhes deixando de observar o todo.

É importante pontuar que o aprendente em questão apresentou um quadro bem acentuado de baixa autoestima. Pois o mesmo relatou durante a aplicação dos testes que se sente muito triste e desestimulado por não atingir notas esperadas por ele e pela mãe, ou seja, não consegue evoluir em sala de aula.

4 PLANO TERAPÊUTICO

O relato de caso aqui apreciado fundamenta-se na queixa inicial dos pais do aprendente que evidenciam sua dificuldade na leitura e escrita e posteriormente essa queixa se confirma na fala de sua professora. J.P.M.S, apesar de ter desenvolvido as habilidades de leitura e escrita, encontra-se com distorção idade/série, pois está com 11 anos de idade no 2º ano do Ensino Fundamental. Observou-se que a queixa familiar coincide com a da escola. A professora ainda relatou que J.P.M.S não interage com seus colegas de sala de aula e que o mesmo só se comunica quando indagado, ou estimulado a falar.

A partir do diagnóstico realizado com o aprendente, com o objetivo de investigar a queixa apontada pela mãe, constataram-se sérias dificuldades no que diz respeito à leitura, escrita, organização, parágrafos e sequência dos acontecimentos, além da dificuldade de trabalhar com limites. O aprendente evidenciou uma memória auditiva muito baixa, realçando também, dificuldade na compreensão do enunciado. Observou-se ainda através da avaliação, imaturidade no desenvolvimento da linguagem e escrita, levando-o a escrever determinadas palavras da forma como as pronuncia, com troca e supressão de letras.

Diante de tais dificuldades, verificou-se que o aprendente possui indícios de dislexia. Simaia Sampaio (2011, p.111), contribui esclarecendo que “a dislexia é um distúrbio na leitura que afeta a escrita, sendo normalmente detectado a partir da alfabetização, período em que a criança inicia o processo de leitura”. É necessário esclarecer que uma pessoa dislexa possui inteligência normal, podendo até estar acima da média. Deste modo, a dificuldade encontra-se em não conseguir identificar símbolos gráficos (letras e/ou números) refletindo a dificuldade na leitura e escrita.

É importante pontuar que somente um profissional neurológico pode fechar o diagnóstico. Assim, depois de confirmado, o dislexo necessitará de uma equipe multidisciplinar, para o tratamento, bem como um trabalho de apoio com a escola e família (MOOJEN & FRANÇA, 2006).

Depois das sessões diagnósticas, partimos então para a devolução com os pais do aprendente, para falar dos aspectos positivos valorizando o que ele faz de melhor, e analisar os fatores que estão causando a problemática na aprendizagem. A devolução, “é uma análise da problemática seguida de sínteses integradoras, que devem ser repetidas sempre que sejam acrescentadas novas informações e, de algum modo, arrumando-se novamente a situação no sentido da diminuição das resistências” (ACAMPORA, 2002

P.117). Para intervir de forma positiva nas dificuldades encontradas, foram elaboradas 05 sessões psicopedagógicas com duração de 1h e 30 min. cada.

Pain afirma que “os objetivos básicos do tratamento psicopedagógicos são, obviamente, a desaparição do sintoma e a possibilidade para o sujeito de aprender normalmente ou, ao menos, no nível mais alto que suas condições orgânicas, constitucionais e pessoais lhe permitam” (1985 p.80). Deste modo, através das intervenções, procura-se despertar as potencialidades do aprendente dando-lhe condições de poder saber, escrever e fazer.

Antes de iniciarmos a primeira sessão de intervenção o aprendente mostrou-se bastante ansioso. Iniciadas as atividades, percebeu-se maior conforto, logo se envolveu nas atividades propostas. Durante as sessões posteriores o aprendente portou-se muito comunicativo. Um aspecto importante a relatar é que o aprendente possui vínculo positivo com a aprendizagem, pois era visível seu desejo em aprender para melhorar seu rendimento na escola e elevar sua autoestima, além disso, demonstrou em suas conversas uma relação de afeto e harmonia com os pais. Para Sampaio (2011 p.77), “a família deve fazer todo um esforço para que a criança consiga superar suas dificuldades”. Esse cuidado e compromisso com a aprendizagem do filho foi observado por parte dos pais do aprendente durante todo o tratamento.

Percebeu-se ainda uma relação de confiança entre o aprendente e a terapeuta. Neste sentido, Henri Wallon (apud DANTAS, 1992 p.85) diz que “a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento”. Fato indispensável para que a aprendizagem se efetive de forma positiva e tranquila.

Verificou-se ao longo das sessões de intervenção que o aprendente apresentou alguns avanços, mas que precisam ser melhorados com a continuidade do tratamento, no que diz respeito à escrita já consegue escrever incluindo todas as letras sem esquecer-se de acrescentar o “r” que era uma grande dificuldade que ele apresentava, em detrimento do seu comprometimento na fala, bem como melhora na compreensão dos enunciados e associação de ideias. Este avanço era perceptível também no que se refere à autoestima do aprendente que a cada sessão expressava grande alegria e satisfação pessoal, relatando melhora em suas notas e um bom desenvolvimento na disciplina de redação, pois a mesma lhe causava baixa autoestima sempre que lembrava as notas baixas.

Observou-se também que ao longo das sessões de intervenções o aprendente se portava menos ansioso e mais focado nas atividades propostas, sempre com desejo de mudar e melhorar seu rendimento na escola, pois seu esforço era perceptível.

Após o término das sessões de intervenção, percebeu-se a necessidade do aprendente em continuar o tratamento psicopedagógico para um maior avanço das dificuldades, bem como acompanhamento com a fonoaudióloga para tratar a imaturidade na linguagem, pois essa dificuldade o atrapalha tanto na sua

comunicação com as pessoas como no seu desenvolvimento escolar, que apesar dos avanços que tivemos durante o tratamento é imprescindível dar continuidade ao processo.

5 CONCLUSÕES REFLEXIVAS

Diante do embasamento teórico e do relato de caso, conclui-se que se faz indispensável a atuação do Psicopedagogo paralelo ao trabalho do educador, devido a existência de alguns pontos que fogem ao alcance do professor por ter uma demanda maior, impossibilitando-lhe um tratamento mais próximo com seus alunos.

O problema que impede a aprendizagem esperada no aprendente do presente estudo trata-se de dificuldade de aprendizagem em leitura e escrita associada a fatores como a atenção, concentração e linguagem. O trabalho psicopedagógico com o mesmo mostrou avanços significativos no desenvolvimento do aprendente. Como, por exemplo, maior concentração nas atividades propostas, ainda que parcial. Assim como a atuação do professor, que de posse de um diagnóstico e com algumas orientações sugeridas, ter maior oportunidade de contribuir com o desenvolvimento deste aprendente.

Com isso, é importante salientar a importância de dar continuidade à intervenção psicopedagógica para que se tenha o problema solucionado. A família e a escola deverão trabalhar de forma articulada, com a valorização dos esforços do aprendente a fim de melhorar sua autoestima. A escola, especificamente, deve oferecer atividades que trabalhem a dificuldade diagnosticada priorizando o uso de materiais concretos de forma a oportunizar uma aprendizagem significativa para o aprendente, mas ao mesmo tempo sejam desafiadoras e oferecer atividades que favoreçam a cooperação entre os alunos e encorajá-los na execução e exposição dos mesmos.

Portanto, pensar nas dificuldades de aprendizagem a luz da Psicopedagogia é pensarmos também especialmente que tais dificuldades podem e devem ser sanadas com a ajuda do psicopedagogo de forma articulada com outros profissionais, oportunizando ao aprendente momentos de alegria e autonomia no que diz respeito à construção do conhecimento para que o mesmo se perceba capaz de superar seus limites e dificuldades.

REFERÊNCIAS

- ACAMPORA, Bianca. Psicopedagogia clínica: o despertar das potencialidades. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.
- BARBIER, René. A pesquisa-ação. Brasília: UNB, 2002. Tradução de Lucio Didio
- BARBOSA, L. M. S. Psicopedagogia: um diálogo entre a Psicopedagogia e a educação. 2. Ed. Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2006.
- BOSSA, Nadia A. A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília – DF: 2008. Disponível em: HTTP://www.bancodaescola.com/Politica_Educacao_Especial_Jan_2012.doc Acesso em: 02/12/2013.
- _____. Dificuldades de aprendizagem: O que são? Como tratá-las. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- DANTAS, Helyoisa. A Afetividade e a Construção do Sujeito na Psicogenética de Wallon. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Helyoisa. (Orgs). Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
- FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Tradução Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1991.
- FONSECA, Vitor da. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- GARCÍA SANCHEZ, G. J. N. Dificuldades de aprendizagem e intervenções psicopedagógicas. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- JOSÉ, E. da A.; COELHO, M. T. Problemas de aprendizagem. 12 ed. São Paulo: Ática, 2008.
- LEAL, Daniela; NOGUEIRA, M. O. G. Dificuldade de aprendizagem: um olhar psicopedagógico – Curitiba: Editora Ibpex, 2011.
- MOOJEN, Sônia; FRANÇA, Marcio. Dislexia: visão fonoaudiológica e psicopedagógica. In: ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia; RIESGO, Rudimar dos Santos. (Orgs). Transtornos da aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- PAÍN, Sara. Diagnósticos e tratamento dos problemas de aprendizagem. Tradução Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artmed, 1985.
- PIAGET, J. Psicologia e pedagogia. Tradução de Dirceu Accioly Lindoso e Rosa Maria Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- SAMPAIO, Simaia. Dificuldades de aprendizagem: a psicopedagogia na relação sujeito, família e escola. 3. Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2011.